

O autor na noite voraz: formação de pesquisadores em tempos de Inteligência Artificial Generativa

*The Author in the Voracious Night: educating researchers
in the Age of Generative Artificial Intelligence*

*El autor en la noche voraz: formación de investigadores
en tiempos de Inteligencia Artificial Generativa*

*L'auteur dans la nuit vorace: formation des chercheurs
à l'ère de l' Intelligence Artificielle Générative*

Jaciara de Sá Carvalho

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas/SP, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-1497-3930>
jaciara.sa@puc-campinas.edu.br

João Luís Peçanha Couto

Universidade Estácio de Sá (Unesa), Rio de Janeiro, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-8470-6419>
joaoluizpecanhacouto@gmail.com

Adriana Rocha Bruno

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-5646-8919>
arbruno2208@gmail.com

Resumo

O artigo problematiza o que distingue os humanos de outros seres em um contexto marcado pela centralidade contemporânea da Inteligência Artificial Generativa (IAGen). Sustenta-se que, mais do que a capacidade técnica ou cognitiva, é a faculdade de narrar que singulariza a experiência humana, conforme Huston. Uma narrativa, entendida como exercício de autoria ancorada no vivido, é articulada às contribuições de Walter Benjamin sobre a experiência, bem como à metáfora da caverna de Platão, para tensionar os limites das produções da IAGen. O texto defende que a formação de pesquisadores, especialmente na pós-graduação,

deve priorizar o desenvolvimento da capacidade narrativa como dimensão crítica e autoral. Conclui-se que, embora a IAGen possa apoiar a problematização do real, é por meio da narração do vivido que se constitui a (auto)formação ética e crítica de pesquisadores.

Palavras-chaves: inteligência artificial generativa (IAGen); narrativa; escrita; formação de pesquisadores; subjetividade.

Abstract

The article examines what distinguishes humans from other beings in a context shaped by the contemporary centrality of Generative Artificial Intelligence. It argues that, beyond technical or cognitive abilities, it is the capacity for narration that singularizes human experience, as suggested by Huston. Narrative, understood as an exercise of authorship grounded in lived experience, is articulated with Walter Benjamin's reflections on experience, as well as with Plato's allegory of the cave, in order to problematize the limits of generative AI outputs. The text contends that the education of researchers, particularly at the graduate level, should prioritize the development of narrative capacity as a critical and authorial dimension. It concludes that, although generative AI may support the problematization of reality, it is through the narration of lived experience that the ethical and critical (self-)formation of researchers is constituted.

Keywords: generative artificial intelligence (GenAI); narrative; writing; researcher education; subjectivity.

Resumen

El artículo problematiza lo que distingue a los seres humanos de otros seres en un contexto marcado por la centralidad contemporánea de la Inteligencia Artificial Generativa. Se sostiene que, más allá de la capacidad técnica o cognitiva, es la facultad de narrar la que singulariza la experiencia humana, según Huston. La narrativa, entendida como un ejercicio de autoría anclado en lo vivido, se articula con las contribuciones de Walter Benjamin sobre la experiencia, así como con la metáfora de la caverna de Platón, para tensionar los límites de las producciones de la IAGen. El texto defiende que la formación de investigadores, especialmente en el posgrado, debe priorizar el desarrollo de la capacidad narrativa como una dimensión crítica y autoral. Se concluye que, aunque la IAGen puede apoyar la problematización de lo real, es a través de la narración de lo vivido que se constituye la (auto)formación ética y crítica de los investigadores.

Palabras-clave: inteligencia artificial generativa (IAGen); narrativa; formación de investigadores; subjetividad.

Resumé

L'article problématise ce qui distingue les êtres humains des autres êtres dans un contexte marqué par la centralité contemporaine de l'Intelligence Artificielle Générative. Il soutient que, plus que les aptitudes techniques ou cognitives, c'est la faculté de narrer qui singularise l'expérience humaine, selon Huston. La narration, comprise comme un exercice d'autorité ancré dans le vécu, est mise en relation avec les contributions de Walter Benjamin sur l'expérience, ainsi qu'avec la métaphore de la caverne de Platon, afin de mettre en tension les limites des productions de l'IAGen. Le texte défend que la formation des chercheurs, notamment au niveau du troisième cycle, doit prioriser le développement de la capacité narrative en tant que dimension critique et d'autorité. Il conclut que, bien que l'IAGen puisse soutenir la problématisation du réel, c'est par la narration du vécu que se constitue

l'(auto)formation éthique et critique des chercheurs.

Mots-clés: intelligence artificielle générative (IAGen); narration; écriture; formation des chercheurs; subjectivité.

1 Introdução

O que distingue os seres humanos de outros seres? Há muito, apresentamos possíveis respostas, compartilhadas por meio das artes e das ciências. Na atualidade, o foco dos vivos tem sido deslocado de forma crescente para questões envolvendo a Inteligência Artificial e promessas de sua natureza cada vez mais humana. Até que sejam, ou nunca, cumpridas, concordamos com Nancy Huston (2010) que nossa capacidade de narrar é única. E se narrar nos torna humanos, nossos feitos não deixam de ser narrativas a criar, modificar e tornar “mundo” o mundo.

Muitos são os recortes passíveis de serem discutidos sobre a formação do pesquisador da área da educação quanto ao processo de escrita. A temática deste dossiê nos convida a refletir sobre a urgência da problemática da automação de parte ou da totalidade desse processo, na perspectiva de constituição daquele sujeito, por meio de tecnologias digitais baseadas em técnicas de Inteligência Artificial Generativa (IAGen).

A pesquisa educacional, como feito humano, narra a produção científica fundamentalmente por meio da escrita. Escrever sob o auspício acadêmico é processo e produto, desafio e glória, inerentes à prática de pesquisa, à formação de pesquisadores e à constituição dessas subjetividades. Narrar por meio da escrita acadêmica não é tarefa nem das mais prazerosas nem das mais ágeis, qualidades tão cobiçadas na contemporaneidade. Mas proliferam recursos baseados em Inteligência Artificial que prometem desde rápidas escritas até promover certos prazeres. “Escrever [também] é arriscar-se; é expor-se ao debate público” (Diniz, 2013, p. 72), e, para aqueles pesquisadores que não temem ou buscam maior exposição, a automação pela IA contribui com o aumento da produtividade, ainda que sob as crescentes críticas ao produtivismo acadêmico.

De fato, narrativas científicas nas universidades brasileiras têm sido, majoritariamente, produzidas por pesquisadores e pós-graduandos que, por vezes, começam com trabalhos ligados à iniciação científica na graduação. Aprendem que um texto acadêmico expõe a forma como o pesquisador construiu o objeto e como o compartilha com o leitor, podendo ser este um recorte ou algo que busca ser inédito dessa construção. Experientes pesquisadores, Ghedin e Franco (2011, p. 83) lembram que “a realização ou o resultado de um trabalho de pesquisa na área das ciências humanas é a consequência de um processo de explicação, compreensão e interpretação da realidade”.

Ainda que esteja ligada à situação em que é produzida e a outros textos, a escrita possui um caráter não acabado devido à sua materialidade linguístico-histórica. Segundo Orlandi (2001), a natureza do inacabamento contribui para que ele possa ser lido em diferentes épocas e relacionado ao contexto da leitura. Para Stein (1996 *apud* Ghedin; Franco, 2011, p. 95-96), os textos de uma área “não valem nada se não forem lidos em diversas épocas e, em alguma medida, superados pela interpretação e por outras obras que se refiram a eles e pretendam apresentar sua verdade de maneira nova”.

Em algum aspecto, a “novidade” pode ser tomada pela forma como a “verdade” do pesquisador é narrada por ele. Mas como fica a “novidade” quando o objeto é, em parte, automatizado por meio de cálculos estatísticos que recuperam velhas narrativas? Estas, provavelmente, pesquisadores experientes seriam capazes de identificar nas devolutivas dos aplicativos de Inteligência Artificial Generativa, ao menos em partes da escrita, mas pesquisadores em formação não só podem repetir narrativas ultrapassadas como comprometer suas subjetividades.

2 As IAGen em pesquisas acadêmicas

A automação da educação por meio de técnicas de Inteligência Artificial se expande a passos largos, seguindo a tendência histórica da área de estudos de educação e tecnologia, com discursos afeitos a certo otimismo ou pessimismo exacerbados (Lima, Ferreira, Carvalho, 2024). Não seria diferente nas pesquisas acadêmicas que vêm lançando mão de recursos de Inteligência Artificial Generativa em suas práticas.

Quadro 1 – Usos de ferramentas de IAGen no processo de produção acadêmica

Etapas do processo acadêmico	Possibilidades de uso
Concepção da pesquisa	Geração de hipótese; Revisão de literatura; Meta-análise; Resumo; Extração de ideias; Projeto de pesquisa.
Redação científica	Escritor assistente; Tradução de idiomas; Conversor de texto; Paráfrase; Interpretação de dados; Geração de títulos e palavras-chave; Gerenciamento de referências.
Edição e revisão	Melhorador de vocabulário; Verificador gramatical; Verificador ortográfico; Verificador de consistência; Verificador de citações.
Publicação acadêmica	Localizador de periódico; Formatador do estilo do periódico; Revisão por pares do periódico; Verificador de conformidade ética; Verificador de conformidade técnica.

Fonte: Ramos (2023).

Os tópicos elencados por Ramos (2023) apontam que a escrita acadêmica com IA perpassa todos os eixos mencionados, não apenas enquanto produto, mas também enquanto

processo de pesquisa, incidindo sobre a (auto)formação e aperfeiçoamento do trabalho do pesquisador, iniciante ou experiente – o que implica em muitas questões e dúvidas sobre a complexa temática da autoria, embora anteriores à expansão da IAGen.

Em uma perspectiva mais instrumental, a prática da autoria na escrita acadêmica sem tais recursos resulta de uma costura de paráfrases de outros textos, de dados e achados de pesquisa e dos posicionamentos do autor do trabalho – tanto nessa construção quanto explicitamente. No entanto, envolve também um componente da constituição de sua subjetividade, como exploraremos adiante. Da graduação à pós, Diniz (2013) recorda que pesquisadores recorrem sobretudo à paráfrase para a apresentação da revisão de literatura, a construção da problemática, a apresentação do referencial teórico e a discussão dos achados. É possível encontrar paráfrases até nas reflexões finais de uma pesquisa nas ciências humanas, o que pode ser bastante problemático.

Na dinâmica da linguagem, Orlandi (2001) explica que a repetição e o deslocamento são dois processos fundamentais. A paráfrase refere-se a essa repetição e manutenção, funcionando como uma matriz ou acervo memorial. A polissemia representa o deslocamento, a abertura e a possibilidade de ruptura, remetendo à criatividade. A partir de Orlandi, entendemos que uma paráfrase pode ser facilmente automatizada; já a polissemia, por seu caráter de ruptura, não resultaria de um encadeamento estatístico de probabilidade e, portanto, aplicativos de IAGen ofereceriam limites. Destarte, a polissemia está associada à autoria, ao que dá identidade ao texto, é integrada à subjetividade do autor, do narrador.

A escrita da IAGen resulta de um procedimento estatístico de uso frequente de uma palavra após a anterior. O uso da língua é quase sempre correto, o que sugere cientificidade e neutralidade, além da ilusão de “verdade”, mas contraria as marcas autorais do pesquisador, seja na escolha de palavras de seu universo vocabular, seja na forma de engendramento de ideias – ação esta, por sua vez, também parte de seu processo de formação (permanente) como pesquisador e produtor de conhecimento. Para Henriques (2025, p. 13), a escrita estudiosa pede o imprevisível, a imaginação, e se constitui como uma escrita política

A escrita estudiosa parte em direção ao que lhe é estranho, ao que não domina e, se possível, ao que não concebe antecipadamente, a maior parte das vezes com a linguagem que lhe é familiar. O estudioso não precisa saber quais são os autores mais acessíveis e os mais cifrados, mas aqueles com os quais caminhar significa perguntar melhor. A escrita, uma vez em andamento, complexifica o caminho, pede o imprevisível. Separa-se de toda a facilidade e imagina uma experiência intelectual comunitária, na qual pensam vários ao mesmo tempo, para se constituir como escrita política. O campo político não é o exercício da completude nem a hipótese de que tudo foi dito, mas a arena da reformulação infinita. A escrita estudiosa pode sempre ser interceptada, como o ordenamento político espera sempre pela sua interrupção.

Nessa trama, e em se tratando da área da educação, seria imprescindível não esquecer que a leitura e a escrita são atividades de caráter formativo não apenas da promoção de pesquisadores como também de sua constituição e adensamento intelectual. Batkhin (1992), Vigotsky (2007) e outros autores enfatizam que pensamento e linguagem não são entidades separadas. Automatizar a produção de resumos, de paráfrases, de encadeamentos de ideias e conceitos certamente tem consequências para a formação intelectual dos pesquisadores, assim como para a produção de conhecimento.

Preocupados com esse cenário, alguns pesquisadores vêm se debruçando sobre as implicações humanas resultantes da IAGen ou de modelos de linguagem de grande escala (LLMs), como o estudo de Kosmina *et al.* (2025) sobre as consequências neurais e comportamentais da escrita de ensaios com assistência de LLMs.

Ao longo de quatro meses, os usuários de LLM apresentaram desempenho inferior em níveis neurais, linguísticos e comportamentais. Esses achados levantam preocupações sobre as implicações educacionais, [...] sobre o papel da IA nos processos de aprendizagem (Kosmina *et al.*, 2025, tradução nossa, s/p).

Os elementos apontados envolvem tensionar o que pode ou não ser automatizado pelas IAGen, as implicações para o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas no atual contexto, as limitações das IAGen no processo de narrar e ser autor/a textual. A questão da subjetividade é, sem dúvida, um dos aspectos que envolvem a resposta.

3 Subjetivações

Entende-se a subjetividade como a constituição de um ponto de vista singular e interior sobre o mundo, tecido pelas experiências vividas, pelos afetos, pelas emoções e pelo sentimento de si, e que não pode ser limitado a operações algorítmicas ou a dados quantificáveis. Além disso, a subjetividade humana está indissociavelmente vinculada à condição corpórea, configurando-se como própria experiência de um organismo vivo.

Segundo Gonzales Rey e Patiño Torres, a subjetividade é

[...] a forma compleja en que lo psíquico humano toma lugar en el desarrollo de las personas y de todos los procesos humanos. A diferencia del subjetivismo, la subjetividad nos permite una concepción de mente que es inseparable de la historia, la cultura y los contextos actuales de la vida social humana. La subjetividad emerge cuando la emoción pasa a ser sensible a los registros simbólicos, permitiendo al hombre una producción sobre el mundo en que vive, y no simplemente la adaptación a él (González Rey; Patiño Torres, 2017, p. 123).

Antidicotômica, a ideia de subjetividade apresentada por este autor tensiona a polarização frequente que opõe sujeito e objeto, razão e emoção, *yin* e *yang*, singular e plural etc., pois a subjetividade é articuladora, integradora e rizomática. O sujeito é histórico, cultural, psíquico, ambiental, pedagógico, biológico e da linguagem. O sujeito se constitui com o outro por meio da linguagem; a linguagem e o outro o singularizam e o pluralizam. Segundo Bakhtin (1992, p. 318), “um enunciado é sulcado pela ressonância longínqua e quase inaudível da alternância dos sujeitos falantes e pelos matizes dialógicos, pelas fronteiras extremamente tênues entre os enunciados”.

Ainda que compreendamos um *prompt* como um enunciado, os desdobramentos (produção) a partir de tal enunciado por uma IAGen serão diferentes daqueles desenvolvidos por um humano, pois este último integra polissemia, polifonia e subjetividade.

As IAGen simulam o sujeito, performam a subjetividade e o fazem de modo muito convincente. Como alerta Peixoto (2025), tais dispositivos estão cada vez mais tensionando as fronteiras entre humano e não humano; e isso se apresenta claramente quando jovens/adolescentes narram que preferem fazer terapia com as IAGen. Mas, por mais que simulem, de forma muitas vezes convincente, as IAGen não vivem experiências, não estão “vivas”.

A IA não tem experiência consciente, não sofre, não deseja, não sente vergonha ou angústia. O que ela faz é operar com modelos estatísticos de linguagem baseados em padrões humanos. É como se ela aprendesse o modo como humanos expressam subjetividade e reproduzisse isso com alta competência (Peixoto, 2025, s/p).

É o famoso: parece, mas não é. O problema é que muitos podem acreditar que é, ou seja, que podem submeter, partilhar, confiar suas subjetividades às máquinas, desconsiderando os riscos e desdobramentos para a vida humana. Destarte, o sujeito não pode ser reduzido a um *prompt*.

Ao retomar a ideia de que humanos se constituem com o outro por meio da linguagem e do narrar, o que pode ocorrer quando a IAGen assume de forma convincente também a linguagem? Como questiona Peixoto (2025): onde está o limite?

É importante entender que narrar é assumir autoria, e tal fenômeno se dá também por meio das subjetividades. A constituição dos sujeitos implica, dentre outros, movimentos contraditórios, críticos e criativos. Como alertam Rodrigues, Nunes e Albuquerque Junior (2026, p. 251), ao abordarem as IAGen e os sujeitos, “a psicanálise indica que a linguagem, o equívoco e a falta não são como ruídos a se eliminar, mas elementos formadores do desejo e do laço social”. Portanto, polissemia, polifonia, subjetividade, afetos, autoria e contradições

compreendem o sujeito. Tudo isso num determinado momento histórico e cultural e, no contexto atual, numa das principais culturas: a cultura digital.

4 Decolonialidades digitais: a cultura e a ética

A cultura digital é um espaço de produção de subjetividades e não apenas de consumo de tecnologias hegemônicas, como os diversos recursos de IA disponíveis. No contexto hodierno, quando narrativas se misturam e podem se confundir, outro elemento se apresenta para adensar o debate, especialmente quando tratamos de IAGen: a ética. Ela impõe muitas reflexões e atos, e aqui destacam-se os vieses algorítmicos que convocam mudanças acerca do que Faustino e Lippold (2023) chamam de colonialismo digital: reprodução da colonialidade social, exigindo resistências e, portanto, movimentos decoloniais.

A decolonização ultrapassa a mera conscientização sobre o uso das tecnologias digitais, demandando a reestruturação dos mecanismos que sustentam e legitimam o controle tecnológico. Nesse horizonte, torna-se imprescindível fomentar uma leitura crítica acerca do funcionamento desses sistemas – abrangendo tanto os algoritmos quanto os interesses econômicos e corporativos que os atravessam – como condição para o engendramento de formas de resistência. Assim, ao articular a noção de colonialidade digital a uma crítica ancorada nas dimensões humana, cultural e política, amplia-se a compreensão dos modos pelos quais as tecnologias, em escala global, reiteram e aprofundam as desigualdades historicamente constituídas. Conforme argumentam Faustino e Lippold (2023), a persistência de dinâmicas exploratórias no capitalismo digital reforça esse quadro, evidenciando que o colonialismo digital pode ser compreendido como uma nova forma de expropriação, sustentada pela racionalidade neoliberal, ainda que aberta à contestação por meio de ações coletivas. Diante da concentração do poder digital, torna-se mais do que urgente superar o colonialismo, que também é digital, e se reflete fortemente nas inteligências artificiais generativas.

Mas o que isso tem a ver com a pesquisa acadêmica, as narrativas e as subjetividades?

O viés algorítmico é dado pela cultura, espelho das sociedades, e os textos produzidos por IAGen estão impregnados do/pelo contexto. Por mais que reflitam e performem a subjetividade, tais dispositivos não criam, criticamente, e se mostram incapazes de acessar aspectos como a consciência, o desejo, o afeto e mesmo a contradição. Assim,

plataformas como *Smart Sampa*¹ não conseguem distinguir o bandido do mocinho e cometem erros graves, derivados do colonialismo digital, como o caso de um homem que já foi preso quatro vezes por ser “confundido com um foragido da justiça por homicídio no Mato Grosso”².

Esses dados refletem tanto as limitações das produções com as IAGen como a amplitude que os aspectos subjetivos possuem. Somada a isso, a discussão sobre as autorias adentra o debate e encontra nas narrativas forte aliança. Há certo consenso de que as IAGen não são autoras e que os humanos são, sem dúvidas, os autores – tanto dos produtos gerados com as IAGen quanto dos *prompts* e de toda produção que alimenta qualquer IAGen.

No contexto em que plataformas, algoritmos e *big data* alteram relações em sociedades, o capitalismo de vigilância tratado por Zuboff (2020) expressa a reconfiguração das dinâmicas de dominação, na medida em que o capital, ao capturar e explorar as experiências humanas por meio da extração de dados, quer transformar a própria subjetividade em mercadorias. Seriam as subjetividades monetizáveis? Não se pretende dar respostas a esta questão, mas provocar tensionamentos.

5 A caverna de Benjamim

A adoção de práticas responsáveis e marcadas pelo rigor científico no uso e difusão de tecnologias de IAGen é uma realidade em nossas universidades. Por isso, no caso de estudantes que têm dificuldades para escrever e para avançar na escrita, um aplicativo de IAGen pode impulsionar esse processo, sugerindo a organização de parte do texto e o desenvolvimento de uma ideia para que o pesquisador em formação possa produzir uma redação. Em paralelo, há também a possibilidade de que o estudante encontre na IAGen uma máquina para a escrita e a ela delegue tal tarefa, renunciando às potencialidades elencadas.

No que tange à escrita das pesquisas em educação, muito há para ser investigado e discutido, embora haja consenso entre instituições de ensino superior e científicas quanto à

¹ Segundo o *site* da prefeitura de São Paulo, trata-se “[d]o maior sistema de monitoramento de segurança da América Latina, que usa o reconhecimento facial de câmeras inteligentes para identificar casos de violência urbana e foragidos da polícia, além de ajudar a encontrar pessoas desaparecidas” (<https://smartsampa.prefeitura.sp.gov.br/>). Porém, dados do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN) revelam que “o sistema de videomonitoramento e reconhecimento facial do município tem gerado falsos positivos, prisões indevidas e riscos à privacidade, sem resultados concretos para a segurança pública” (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2026-02/pesquisa-aponta-problemas-e-prisoas-indevidas-partir-do-smart-sampa>). Acessos em: 30 mar. 2026.

² Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/smart-sampa-erro-homem-negro-detido/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

defesa de princípios como transparência e responsabilidade. A esse respeito, em março de 2026, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) brasileiro instituiu a “Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq” (Brasil, 2026), cujas diretrizes influenciam ações para além do âmbito do conselho, como as atividades de investigação dos programas de pós-graduação.

Como contribuir para a formação de pesquisadores em educação em tempos de expansão de práticas com IAGen? Como singularidades, contextos e particularidades dos participantes de uma investigação se alinham aos *prompts* desses tipos de recursos, já que neutralidade não existe? Para buscar responder às questões acima, sob um recorte possível, precisaremos refazer alguns trajetos e conectar pontas da tradição em pesquisa.

[...] as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo. Basta olharmos um jornal para percebermos que seu nível está mais baixo que nunca, e que da noite para o dia não somente a imagem do mundo exterior, mas também a do mundo ético sofreram transformações que antes não julgaríamos possíveis (Benjamin, 2026, p. 198).

Em seu famoso texto sobre o narrador, Walter Benjamin (2026), depois de afirmar que a modernidade vem retirando camadas de potência criativa do homem, no que tange à sua própria possibilidade de narrar o mundo e a si mesmo, divide os narradores em dois tipos.

O primeiro tipo de narrador, batizado pelo ensaísta alemão como “narrador viajante” (ou “marinheiro comerciante”), é o narrador que, vindo de longe, traz histórias exóticas de terras distantes, aventuras e culturas diversas. Desse modo, sua autoridade narrativa provém de sua experiência de mundo, do que viu e viveu fora, ou seja, representa aquele saber adquirido graças ao movimento, à circulação, à viagem. É o *flâneur* de Charles Baudelaire (2019), figurado como o observador urbano moderno, um caminhante ocioso que vaga pelas ruas parisienses, um “espectador apaixonado” ou “botânico do asfalto”, que busca se misturar à multidão anônima enquanto registra o movimento, a fugacidade e a beleza do cotidiano da cidade onde está. Do mesmo modo, fabula esse primeiro tipo de narrador.

O segundo tipo, para Benjamin, é o “narrador sedentário” (ou “camponês/artesão”), aquele que permanece em seu lugar de origem e narra o mundo a partir da impressão dos que chegam, mas leva sua atenção ainda mais profundamente para as tradições locais, os costumes e as histórias da comunidade em que vive. A autoridade narrativa desse espécime reside no oposto ao primeiro: a memória coletiva e a tradição são sua argamassa essencial, a partir da qual ele defende o saber enraizado, transmitido de geração em geração.

A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. “Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. Se quisermos concretizar esses dois grupos através dos seus representantes arcaicos, podemos dizer que um é exemplificado pelo camponês sedentário, e outro pelo marinheiro comerciante. Na realidade, esses dois estilos de vida produziram de certo modo suas respectivas famílias de narradores. Cada uma delas conservou, no decorrer dos séculos, suas características próprias (Benjamin, 2026, p. 198-199).

Ainda a ilustrar esses dois padrões de narradores identificados por Benjamin, recorremos a Italo Calvino, escritor italiano que, em seu livro “As cidades invisíveis” (1990), narra a história de uma amizade entre o imperador mongol da dinastia Yuan, Kublai Khan, e o aventureiro e explorador veneziano Marco Polo. Recém-chegado de suas andanças pelo mundo, Polo encontra um imperador engaiolado pelos impeditivos burocráticos criados por seu próprio império. Sedento de ouvir histórias do mundo lá fora, o monarca convida o aventureiro a se deixar ficar uns dias como seu convidado e pede que lhe conte das cidades que viu, das comidas e mulheres que provou, das culturas que conheceu: são estas as “cidades invisíveis” que intitulam a obra de Calvino. Temos, portanto, costurando benjaminianamente essa estranha amizade, um narrador viajante (Marco Polo) a encher de fabulações a imaginação de um narrador sedentário (Kublai Khan).

Não se sabe se Kublai Khan acredita em tudo o que diz Marco Polo quando este lhe descreve as cidades visitadas em suas missões diplomáticas, mas o imperador dos tártaros certamente continua a ouvir o jovem veneziano com maior curiosidade e atenção do que a qualquer outro de seus enviados ou exploradores. Existe um momento na vida dos imperadores que se segue ao orgulho pela imensa amplitude dos territórios que conquistamos, à melancolia e ao alívio de saber que em breve desistiremos de conhecê-los e compreendê-los, uma sensação de vazio que surge ao calar da noite com o odor dos elefantes após a chuva e das cinzas de sândalo que se resfriam nos braseiros, uma vertigem que faz estremecer os rios e as montanhas historiadas nos fulvos dorsos dos planisférios, enrolando um depois do outro os despachos que anunciam o aniquilamento dos últimos exércitos inimigos de derrota em derrota, e abrindo o lacre dos sinetes de reis dos quais nunca se ouviu falar e que imploram a proteção das nossas armadas avançadas em troca de impostos anuais de metais preciosos, peles curtidas e cascos de tartarugas: é o desesperado momento em que se descobre que este império, que nos parecia a soma de todas as maravilhas, é um esfacelo sem fim e sem forma, que a sua corrupção é gangrenosa demais para ser remediada pelo nosso cetro, que o triunfo sobre os soberanos adversários nos fez herdeiros de suas prolongadas ruínas (Calvino, 1990, p. 9).

Tudo isso nos leva a outra alegoria, desta vez da era clássica: a Caverna de Platão. Presente em sua obra “A República” (2017), constitui-se como uma das metáforas mais potentes e persistentes da tradição ocidental e busca ilustrar dois processos de aquisição do conhecimento. Platão descreve um grupo de pessoas que vive acorrentado dentro de uma caverna desde o nascimento. Elas estão presas de modo que só conseguem olhar para a parede à sua frente. Atrás delas, há uma fogueira, e entre o fogo e os prisioneiros passam pessoas carregando objetos. As sombras desses objetos são projetadas na parede, e os prisioneiros acreditam que essas sombras são a única realidade existente. Quando um dos prisioneiros da caverna consegue se libertar, percebe que a realidade não é aquela representada pelas sombras projetadas na parede da caverna e, ao retornar e contar suas descobertas a seus companheiros, é achincalhado e desacreditado.

É neste ponto que voltamos ao que a IAGen representa, no que toca a fímbria do conhecimento científico e da (vocábulo mais que polêmico, mas arriscamos) inovação. Com acesso irrestrito a todo saber humano, à episteme até então gerada pela espécie *Homo sapiens sapiens*, a IAGen habita como que uma gigantesca caverna de Platão, onde todo esse arcabouço nababesco de saberes encontra-se armazenado. Até aqui, acreditamos que ninguém discorde. No entanto, ela “só possui isso”: acorrentada, como os habitantes da alegoria platônica, a ela não é facultada a possibilidade de enxergar “fora” e permitir-se fabular sobre aquilo. Assim, o conhecimento científico que, ao longo de séculos, foi alcançado e registrado/datificado pela inteligência humana está disponível em forma de dados e informações: resta, para fazer ciência, a articulação entre as informações, ora acrescentando novos insumos, ora tão somente recombinação conhecimentos para geração de novos conceitos científicos. Não foi diferente, por exemplo, para Einstein em relação a Newton: se este não existisse, o senhor da Teoria da Relatividade não teria chegado a ela.

Por seu turno, Nancy Huston (2010) afirma categoricamente que o que diferencia o *Homo sapiens* das demais espécies é sua capacidade de criar narrativas: religiões, direito, histórias. Narrar, portanto, é ponto de partida para instituir o estatuto da autoria acadêmica, sem prejuízo da criatividade inerente a todo ato criador. Dessa forma, tanto as narrativas de Marco Polo a Kublai Khan quanto os esforços dos habitantes diaspóricos da alegoria de Platão constituiriam esforços para criar marcas do homem na Terra, pela via da narrativa. Por conseguinte, não seria estranho ou disruptivo exigir que pesquisadores, em nível de mestrado ou doutorado, exercessem sua autoria em seus textos voltados à academia, tensionando-a: mantendo-a na forma exigida pela burocracia de publicação acadêmica, ao

mesmo tempo em que “estica a corda” ao máximo a fim de testar os limites da escrita acadêmica.

Assim, a construção da autoria acadêmica, em comunhão com os percalços da IAGen, necessariamente passaria pelo crivo da ética do humano autor. Desse modo, narrar é mais do que justapor acontecimentos numa linha do tempo: é, antes de tudo, promover a formação crítica e subjetiva, durante o mestrado e/ou doutorado, por exemplo, para uso de recursos com Inteligência Artificial Generativa, estes entendidos como acessórios aos processos de pensamento e de criatividade humanos de origem. Como já dito, a IAGen pode comportar absolutamente toda a episteme gerada e datificada pelo homem ao longo dos séculos, mas tal assombro de saber seria tão somente as sombras do que, como *sapiens*, produzimos no que diz respeito ao saber científico.

Agradecimentos: CNPq – Processos: 310080/2026-6 e 312923/2026-0.

Referências

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: Bakhtin, M. *Estética da criação verbal*. Tradução do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAUDELAIRE, C. *As flores do Mal*. São Paulo: Penguin, 2019.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas I - magia e técnica, arte e política*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF.

CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DINIZ, Débora. *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. 2. ed. Brasília: Letras Livres, 2013.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo: Boitempo, 2023.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. *Questões de método na construção da pesquisa em educação*. São Paulo: Cortez, 2011.

GONZÁLEZ REY, F.; PATINO TORRES, J. F. A epistemologia qualitativa e o estudo da subjetividade em uma perspectiva histórico-cultural. Conversa com Fernando González Rey. *Revista de Estudos Sociais*, Bogotá, n. 60, p. 120-128, abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.7440/res60.2017.10>

HENRIQUES, A. A escrita acadêmica como experiência estudiosa na universidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 30, p. e300009, 2025.

HUSTON, N. *A espécie fabuladora*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

KOSMYNA, N. *et al.* Your Brain on ChatGPT: Accumulation of Cognitive Debt when Using an AI Assistant for Essay Writing Task. *arXiv*, 10 jun. 2025. Disponível em: <http://arxiv.org/abs/2506.08872>. Acesso em: 13 dez. 2025

LIMA, G. M.; FERREIRA, G. M. S.; CARVALHO, J. . Automation in education: trending issues concerning Artificial Intelligence. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 50, e273857, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450273857en>

ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas (SP): Editora Pontes, 2001.

PEIXOTO, André. L. A. Inteligência Artificial Generativa e seu Impacto na Formação e no Exercício Profissional da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [s.l.], v. 45, n.spe1, e298224, p. 1-14, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298224>

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Lafonte, 2017.

RAMOS, A. S. M. Inteligência Artificial Generativa baseada em grandes modelos de linguagem - ferramentas de uso na pesquisa acadêmica. *SciELO Preprints*, [s.l.], 24 maio 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6105>. Acesso em: 6 mai. 2024.

RODRIGUES, M. F.; NUNES, A. G. S.; JUNIOR, A. J. Além da lógica: A subjetividade humana e os limites da inteligência artificial. *Revista Psicologia, Saúde em Debate*, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 349-362, 2026. DOI: <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V12A1A22>

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Revisão textual: Giselle de Moraes Lima

Submetido em: 31/03/2026

Aprovado em: 16/05/2026